

RESOLUÇÃO Nº 15.561

Processo n.º: 590012012-00

Classe: Prestação de Contas de Governo

Procedência: Prefeitura do Município de Porto de Moz

Responsável: Rosibergue Torres Campos

Instrução: 3ª Controladoria/TCM

Ministério Público de Contas: Procuradora Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2012

Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 986,
de 24.03.21, pg. 7

Responsável

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012. EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO RECOMENDANDO, À CÂMARA MUNICIPAL, À APROVAÇÃO DAS CONTAS.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da **Prestação de Contas de Governo** de **Rosibergue Torres Campos**, na qualidade de Chefe do Executivo da Prefeitura Municipal de Porto de Moz, referente ao exercício financeiro de **2012**, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, por unanimidade, em emitir Parecer Prévio, recomendando à Câmara Municipal, à **APROVAÇÃO**, das contas prestadas.

Após o trânsito em julgado desta decisão, fica desde já advertido, o Presidente da Câmara Municipal, mediante notificação da Secretaria Geral do TCM-PA, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, retire os autos da sede deste Tribunal, para processamento e julgamento do presente Parecer Prévio, no prazo de **90 (noventa) dias**, conforme determina o **art. 71, §2º, da Constituição Estadual**, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público, para apuração do crime de improbidade, por violação do **art. 11, inciso II, da Lei Federal n.º 8.429/92**, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas.

Ymazela

RESOLUÇÃO Nº 15.561

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **02 de dezembro de 2020**.


Conselheiro **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Sérgio Leão; Antônio José Guimarães; Conselheiro Substituto Sérgio Dantas e Procuradora Maria Regina Cunha.

RESOLUÇÃO Nº 15.561

Processo n.º: 590012012-00

Classe: Prestação de Contas de Governo

Procedência: Prefeitura do Município de Porto de Moz

Responsável: Rosibergue Torres Campos

Instrução: 3ª Controladoria/TCM

Ministério Público de Contas: Procuradora Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2012

RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de **Contas de Governo da Prefeitura do Município de Porto de Moz**, no exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de Rosibergue Torres Campos.

1 - Planejamento:

1.1. Plano Plurianual:

A **Lei Municipal n.º 103/2009** aprovou o Plano Plurianual para o período de 2010/2013 (Processo nº 201004700-00).

1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias:

As Diretrizes Orçamentárias foram estabelecidas pela **Lei Municipal n.º 313/2011** (Processo nº 201205456-00).

1.3. Orçamento e Alterações:

A **Lei Orçamentária n.º 690/2012** estimou Receitas e fixou Despesas no valor de **R\$39.057.023,00** (trinta e nove milhões, cinquenta e sete mil e vinte e três reais). Houve abertura de Créditos Adicionais de **R\$57.498.242,79** (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, duzentos e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos), utilizando as fontes de recursos, Excesso de Arrecadação de R\$27.046.029,74 (vinte e sete milhões, quarenta e seis mil, vinte e nove reais e setenta



RESOLUÇÃO Nº 15.561

e quatro centavos) e Anulação de Dotação de R\$ 30.452.213,05 (trinta milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e treze reais e cinco centavos), modificando a autorização inicial para **R\$66.103.052,74** (sessenta e seis milhões, cento e três mil, cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

2 - RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A Receita Orçamentária arrecadada foi de **R\$69.204.863,23** (sessenta e nove milhões, duzentos e quatro mil, oitocentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos).

A Despesa Orçamentária realizada foi de **R\$65.815.504,74** (sessenta e cinco milhões, oitocentos e quinze mil, quinhentos e quatro reais e setenta e quatro centavos), com inscrição em Restos a Pagar de **R\$295.488,74** (duzentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

3 - BALANÇO FINANCEIRO:

Houve o lançamento da conta Agente Ordenador de R\$1.863,35 (mil, oitocentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos) no Balanço Financeiro, conforme segue demonstrativo:

SALDO INICIAL	R\$1.205.094,67
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$69.204.863,23
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	R\$68.952.592,26
TOTAL	R\$139.362.550,16
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	R\$65.815.504,74
DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	R\$70.683.447,67
Agente Ordenador	1.863,35
SALDO FINAL	R\$2.861.734,40
TOTAL	R\$139.362.550,16

4 - DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS:

Quanto ao cumprimento dos limites constitucionais, segue detalhamento:

Yamblat

RESOLUÇÃO Nº 15.561

Ponto de controle	Aplicação		Parâmetro		Resultado	Base legal
	Valor R\$	(%)	Base de Cálculo R\$	(%)		
Educação	6.576.059,81	31,77	Impostos Arrecadados: R\$20.695.887,27	25	Cumprido	art. 212, CF/88
FUNDEB	26.865.427,92	75,26	Recursos Arrecadados 35.696.875,93	60	Cumprido	Lei nº. 11.494/2007/ art. 60,§5º, ADCT
Saúde	3.507.240,90	16,95	Impostos e Transferências: R\$20.695.887,27	15	Cumprido	art. 77, §3º, ADCT
Transferências ao Poder Legislativo	1.061.217,59	5,86	Receita Exercício Anterior: 18.102.298,18	7	Cumprido	art. 29-A, CF/88
Gastos com pessoal (Poder Executivo)	28.935.263,13	43,19	Receita Corrente Líquida: 66.987.904,07	54	Cumprido	art. 20, inciso III, "b", LRF 101/2000
Gastos com pessoal (Município)	29.520.642,91	44,07	Receita Corrente Líquida: 66.987.904,07	60	Cumprido	art. 19, inciso III, LRF 101/2000

5 - ANÁLISE PRELIMINAR E CITAÇÃO:

Por meio do **Relatório Técnico n.º 336/2018/3ª Controladoria/TCM-PA**, foi realizada análise das contas de Governo, que motivou **Citação n.º 185/2018/3ª CONTROLADORIA/TCM-PA**, comprovada por AR e Edital (fls. 175, 177 e 179), através da qual o Gestor foi instado a apresentar defesa, protocolando, posteriormente, o **Processo n.º 201810319-00**, que subsidiou o Relatório Técnico Final da 3ª Controladoria/TCM (fls. 217-226), de onde se extrai:

1. Descumprimento do art. 212, da CF/88, com a aplicação no percentual de 20,74% (vinte vírgula setenta e quatro por cento): houve a apresentação de documentação, comprovando a aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, do valor de R\$6.576.059,81 (seis milhões, quinhentos e setenta e seis mil, cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos), que corresponde ao percentual de 31,77% (trinta e um vírgula setenta e sete por cento), sanando a falha.

O **Ministério Público de Contas**, em parecer da lavra da Procuradora Maria Regina Cunha (fls. 231-232 v), concluiu recomendando ao Poder Legislativo, a emissão de parecer prévio pela regularidade, das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Porto de Moz, exercício financeiro 2012, sob responsabilidade do Sr. Rosibergue Torres Campos

Handwritten signature

RESOLUÇÃO Nº 15.561

É o Relatório.

VOTO

Com base na instrução processual realizada pela área técnica deste TCM-PA e Parecer do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com os quais corroboro, foi verificada a regularidade contas de Governo.


Importante destacar que o valor lançado na conta Agente Ordenador de **R\$1.863,35** (mil, oitocentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos) no Balanço Financeiro, foi apontado e responsabilizado na conta de Gestão da Prefeitura Municipal de Porto de Moz, do exercício de 2012.

Diante do exposto, com base no **art. 37, inciso I, da LC Estadual n.º 109/2016**, voto pela emissão de **PARECER PRÉVIO RECOMENDANDO À CÂMARA A APROVAÇÃO**, das **CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ**, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do **Sr. ROSIBERGUE TORRES CAMPOS**.

Após o trânsito em julgado desta decisão, deve a Secretaria-Geral notificar o Presidente da Câmara Municipal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, retire os autos da sede deste Tribunal, para processamento e julgamento do presente Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o **art. 71, §2º, da Constituição Estadual**, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público Estadual, para apuração do crime de improbidade, por violação do **art. 11, inciso II, da Lei Federal n.º 8.429/92**, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas.

Este é o voto que submeto a deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **02 de dezembro de 2020**.


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora